



PUC Minas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria
Trabalho Interdisciplinar

Nota Fiscal Eletrônica: análise dos impactos dessa tecnologia no resultado e na estrutura organizacional das empresas

Luiz Fernando Rodrigues Silva
Nayara Karla Alexandre Rodrigues
Sérgio Benedito Raposo Mendes
Tiago Barbosa Alves

Belo Horizonte
2009

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria

Nota Fiscal Eletrônica: análise dos impactos dessa tecnologia no resultado e na estrutura organizacional das empresas

Trabalho Interdisciplinar do 3º Período do curso de
Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria
Que engloba as disciplinas de Contabilidade Geral III,
Contabilidade de Custos, Microeconomia, Matemática
Financeira, Logística das Organizações e Psicologia
Aplicada às Organizações

Belo Horizonte
2009

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	4
1.1 Problema.....	4
1.2 Hipótese	4
2 OBJETIVOS	4
2.1 Objetivo Geral	4
2.2 Objetivos Específicos	5
3 METODOLOGIA	5
4 REFERENCIAL TEÓRICO	5
4.1 Preâmbulo	5
4.2 Conceitos Gerais	5
4.3 Benefícios	8
4.3.1 <i>Estratégia Logística: serviço ao cliente e Nota Fiscal Eletrônica</i>	9
4.3.2 <i>Custos</i>	10
4.3.3 <i>Crescimento nas vendas</i>	12
4.3.3.1 <u>Relação Vendas X Mercado</u>	13
4.3.3.2 <u>Fluxo de Caixa</u>	14
4.3.4 <i>Outros Beneficiados</i>	17
4.4 Outras Considerações	17
4.4.1 <i>Supremacia da Tecnologia da Informação: mudança no comportamento organizacional</i>	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
ANEXO A – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)	
ANEXO B - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	
REFERÊNCIAS	23

1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O estudo de novas tecnologias faz-se de grande importância no âmbito das organizações modernas. Nesse sentido a digitalização das relações mercantis surge como assunto condescendente no meio das corporações, sejam elas de pequeno, médio, micro e grande porte. No campo contábil esse processo de informatização se consolida na escrituração contábil, na qual se destaca a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A adoção dessa tecnologia e sua obrigatoriedade interferem diretamente na profissão do contador implicando numa reformulação da rotina fiscal e contábil dos escritórios. Com efeito, é inerente perceber o ímpeto da Nota Fiscal Eletrônica como agente de desenvolvimento econômico, tendo em vista sua importância como atuante direto no controle fiscal. Não obstante, a discussão torna-se mais palpável quando analisada do ponto de vista não só da contabilidade legal, como também da gestão de custos, da elasticidade microeconômica, da estratégia logística e da geração de caixa. Por fim, suas conseqüências ultrapassam o *tecnicismo* da escrituração digital e torna-se agente modelador das relações cliente-fornecedor.

1.1 Problema

Quais as implicações decorrentes da implantação da Nota Fiscal Eletrônica nas empresas?

1.2 Hipótese

A adoção da nota fiscal eletrônica beneficia todos os envolvidos na chamada cadeia de suprimentos, principalmente por propiciar uma melhor qualidade no serviço ao cliente que interfere diretamente no volume de vendas da empresa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever os principais aspectos derivativos da implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

2.2 Objetivo Específico

Apontar fatores que decorrem da Nota Fiscal eletrônica não só do ponto de vista da tecnologia da informação como também na esfera da estratégia empresarial.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa em livros, artigos acadêmicos, apostilas do curso de ciências contábeis, revistas especializadas e informações divulgadas pela Secretaria de Estado da Fazenda e Receita Federal do Brasil por meio eletrônico.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Preâmbulo

A informatização tem conquistado a sociedade, gerando um aumento de produtividade nos diversos setores econômicos, bem como facilitando a nossa existência pela rapidez com que adquirimos ou geramos dados, informações, conhecimentos, saberes e destrezas.

(CARDOSO, 2002, p. 214)

Mudanças significativas vêm ocorrendo nos mercados mundiais, influenciados pelo processo da globalização e pela supremacia da tecnologia da informação. Tais fatores implicam numa atualização constante dos meios produtivos, seja na questão operacional, tática ou estratégica. Sendo assim, conforme afirma Sá (2008) independente da dimensão que a entidade empresarial tenha, ela dependerá, diretamente da qualidade do capital humano e tecnológico que dispõe, para alcançar, segundo o mesmo autor, a chamada prosperidade. Nesse sentido o presente trabalho vem tratar de um tema atual e importante no meio contábil, a Nota Fiscal Eletrônica. Aquele vem estruturado de forma a mensurar, na primeira parte, os aspectos gerais, operacionais, acerca desta, para desenvolver posteriormente os diversos aspectos da mesma em caráter interdisciplinar.

4.2 Conceitos Gerais

“Nota fiscal é um documento que deve ser emitido pelas empresas sempre que promoverem a circulação de mercadorias (através de vendas, transferências, remessas, devoluções, etc.) ou a prestação de serviços.” (Ribeiro, 2003, p. 398).

Segundo Zaidan (2008), existe uma precariedade na consistência de informações fiscais das empresas, fato motivado, primeiramente, pelo controle e emissão das notas fiscais por sistemas deficitários que as empresas adotam e que muitas vezes não se integram com os próprios sistemas internos. O mesmo autor afirma que outra determinante “são as empresas que fazem os serviços de contabilidade externamente, também sem integração” (Zaidan, 2008, p.2). E completa: “Neste caso, a apuração dos impostos é feita de maneira isolada, manualmente, enviando para o Fisco apenas os valores apurados.” (Zaidan, 2008, p.2). É basilar preocupação não só para o Fisco, mas também para a contabilidade, segundo Marion (2003) clareza e precisão da informação mensurada.

É nesse contexto que, atendendo o disposto da Emenda Constitucional nº 42, Inciso XXII, artigo 37, que, em julho de 2004, acontece na cidade de Salvador o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), reunindo membros das administrações tributárias dos níveis federal, estadual, municipal (capitais) e Distrito Federal. Nesse encontro foram discutidos temas referentes à informação fiscal no sentido de padronização, controle, fiscalização, integração e procedimentos. A partir desse embate o projeto da Nota Fiscal Eletrônica foi aprovado juntamente com o Projeto do Cadastro Sincronizado. O ENCAT (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), realizado em São Paulo, capital, em 2005, dá continuidade ao projeto iniciado pelo ENAT integrando outros órgãos como a Receita Federal do Brasil e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Conforme informações divulgadas pelo Ministério da Fazenda, partindo de pressupostos como a falta de integração e modernização da Administração Tributária no Brasil, e delineando tal circunstância advinda da autonomia política (como também administrativa e financeira) presentes na Constituição Federal, que delega a cada nível de administração governamental competência de reger seus tributos, surgem problemas exorbitantes para as empresas brasileiras tais como a burocracia exacerbada e o mau aproveitamento de tempo útil na execução de rotinas.

Tendo em vista os problemas supra mencionados, o projeto da NF-e justifica-se por racionalizar e buscar modernização da administração de tributos no Brasil. Sendo assim, a Emenda Constitucional nº 42 inseriu o Inciso XXII ao artigo 37 da Constituição Federal, citado anteriormente, determinando a integração das administrações tributárias brasileiras nas esferas federal, estadual e municipal.

O Decreto 6.022 datado de 22 de janeiro de 2007, no intuito de informatizar a relação fisco-contribuinte estabeleceu três projetos no âmbito digital: a Escrituração Contábil Digital, a Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

A Nota Fiscal Eletrônica conceitualmente é “um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente” (Andrade, 2009, p. 2). A principal função da NF-e, segundo o mesmo autor, é documentar, no contexto fiscal, todo o processo de compra e venda de mercadoria (como também da prestação de serviços) digitalmente.

Quanto à estruturação, a Nota Fiscal Eletrônica, funciona em ciclos. O primeiro deles começa na empresa emissora, gerando um arquivo eletrônico, assinado digitalmente, contendo as informações da transação mercantil. Tal arquivo eletrônico “corresponderá à NF-e, sendo então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte” (SEFAZ, 2009). A partir desse momento ocorrerá a pré-validação, que retornará ao emissor com a Autorização de Uso, indispensável para a circulação da mercadoria. A NF-e será transmitida também para a Receita Federal.

O próximo passo do processo é a impressão da Representação da NF-e, DANFE, “Documento Auxiliar da NF-e, [...] (que) tem as seguintes finalidades: acobertar o trânsito de mercadorias, colher a firma do destinatário/tomador para comprovação de entrega das mercadorias ou prestação de serviços e auxiliar a escrituração da NF-e.” (Andrade, 2009, p. 6). Esses são os procedimentos iniciais, antes da emissão da NF-e.

Concluídos os primeiros procedimentos a próxima etapa é a emissão e transmissão da NF-e para a Secretaria da Fazenda, em que esta “deverá gerar um protocolo de retorno do Pedido de Autorização de Uso da NF-e” (Andrade, 2009, p. 4). Esquemáticamente:

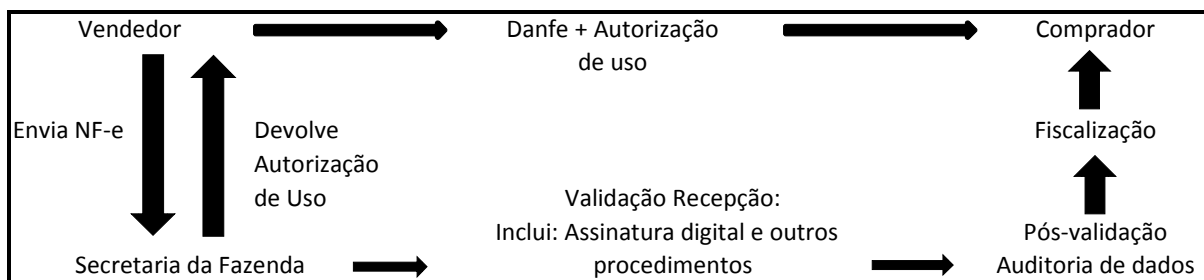


Figura 1: Emissão e Transmissão da NF-e
Fonte: (Adaptado) Zaidan, 2008.

Terminadas essas etapas, a Nota Fiscal Eletrônica estará disponível para consulta. Essa consulta é feita através do CNPJ emitente, do número da NF-e e da chave de acesso¹.

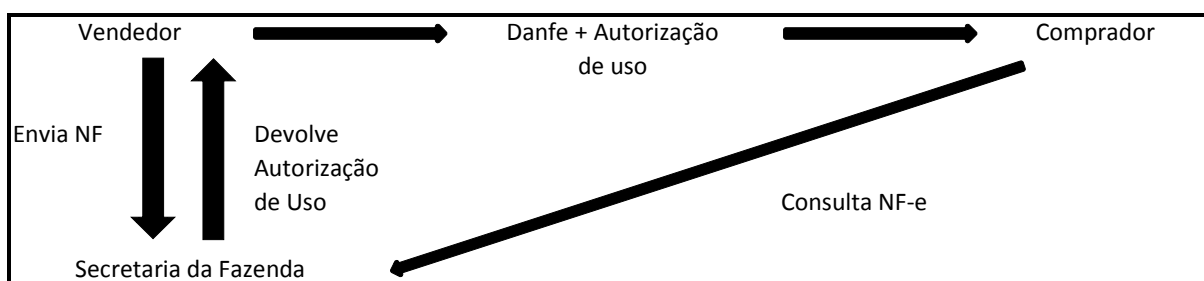


Figura 2: Consulta de NF-e (internet)
Fonte: (Adaptado) Zaidan, 2008.

Por fim, o destinatário confirmará o recebimento da mercadoria via *web*.

4.3 Benefícios

A implantação da Nota Fiscal Eletrônica vai revolucionar os procedimentos fiscais e administrativos dos contribuintes e das administrações fazendárias trazendo grandes benefícios.

(Andrade, 2009, p. 3)

Os benefícios da Nota Fiscal Eletrônica abrangem as seguintes variáveis: emissor, comprador, sociedade, administrações tributárias e contabilistas.

Conforme divulgação do projeto da NF-e, o primeiro beneficiado por sua implantação é seu emissor. Levando em conta a mudança de paradigmas, tais como a eliminação gradual do uso do papel, o contribuinte vendedor, ou emissor, será

¹ Chave de acesso: código de barras incluído no Danfe. Fonte: Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/>>.

afetado pela redução de custos. Conforme Andrade (2009) essa redução abrange custos de impressão e aquisição de papel, como também de envio e armazenagem dos documentos fiscais. Tais custos podem parecer de grosso modo, relevantes, pois são meramente burocráticos, mas seus impactos estão ligados diretamente a fatores de geração de caixa como vendas mais rápidas e melhores serviços aos clientes. Esse intuito da NF-e confronta-se diretamente com o objetivo financeiro do sistema logístico de qualquer empresa que em suma é definido como:

Maximizar ao longo do tempo a relação da receita anual (devido ao nível de serviços prestados ao cliente) menos custos operacionais do sistema logístico sobre o investimento anualizado no sistema logístico.
(BALLOU, 2002, p.34)

Nesse sentido, os custos, logísticos, se aproximam também da gestão de custos do ponto de vista contábil, pois, tomando ambos para fins gerenciais, percebemos segundo Martins (2008), que são objetivos principais do sistema de custos suprir a entidade empresarial com informações que possibilitem o controle das operações e atividades da empresa.

Tendo em vista as considerações acima, é possível delinear, ainda que sucintamente, a relação direta da NF-e e da estratégia logística das empresas. Para tanto serão definidos alguns pontos acerca do assunto.

4.3.1 Estratégia Logística: serviço ao cliente e Nota Fiscal Eletrônica

Segundo o Conselho de Administração Logística (CLM)² Logística pode ser definida como:

[...] o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e economicamente eficaz de matérias-primas, estoque em processo, produtos acabados e informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes. (Ballou, 2002, p. 21)

O gerenciamento do sistema logístico segundo Ballou (2002) é definido como *gerenciamento da cadeia de suprimentos*, no original, *supply chain*. No que diz respeito a serviço ao cliente, o mesmo autor, citando Heskett (1994) define que a logística de serviço ao cliente como “a velocidade e a confiabilidade com a qual os

² Council of Logistics Management – organização profissional de gestores de logística, professores e práticos, formada em 1962 [EUA] (Ballou, 2002, p. 21)

itens pedidos (pelos clientes) podem se tornar disponíveis” (Ballou *apud* Heskett, 2002, p.78). Com efeito, tais variáveis (velocidade e confiabilidade) são influenciados diretamente pelo tempo que se leva para atender a um pedido (*lead time*), ou seja, a acurácia do sistema depende da resposta mais rápida ao pedido do cliente. Sendo assim, a implantação da Nota Fiscal Eletrônica visa diretamente simplificar os meios burocráticos do faturamento das empresas, impelindo a elas maior dinamismo nas transações mercantis.

Ainda no âmbito logístico é interessante perceber que a NF-e torna-se complemento dos anseios do vendedor, que dizem respeito a obter maior receita ao menor custo. Abstrações a parte, a maior receita advém do melhor serviço ao cliente, pois, segundo Slack, Chambers e Johnston (2001) a forma de administrar a *supply chain* contribui para a habilidade da operação de suprir os consumidores.

Por fim, outra condicionante da Nota Fiscal eletrônica está no tempo de entrega do produto ao cliente final. Andrade (2009) ressalta que para o contribuinte vendedor (emissor da NF-e) haverá uma “redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira.”, impelindo ao sistema logístico maior eficiência no atendimento ao cliente.

4.3.2 Custos

Analisando ainda as vantagens da NF-e ao emissor, agregando suas vantagens para o receptor e tendo em consideração sua vantagem logística, é interessante analisar o comportamento sistêmico dos processos nas empresas. Dizer que a empresa é um sistema, para Nakagawa (1993) é ressaltar a questão holística que ela agrega. Sendo assim, se ocorrem alterações positivas em um elemento do sistema todos os outros fatores são beneficiados.

Racionalizando os diversos conceitos de custos nas empresas (econômico, logístico, ambiental, entre outros), e dando enfoque a seu caráter contábil, percebe-se que os custos burocráticos do processo de venda nas empresas (pedido, processamento, emissão de nota fiscal, roteirização de entregas e serviço ao cliente) se comportam como os chamados custos indiretos de fabricação. “Esse grupamento contempla todos os elementos de custos que não tem medição de consumo nos produtos, e por isso mesmo são apropriados por

intermédio de rateios” (Megliorini, 2001, p. 61). O mesmo autor ressalta que os custos indiretos têm aumentado sua contribuição para os custos totais das entidades, por consequência, sua participação no preço do produto final. Segundo Leone (2000) nas empresas industriais esses custos correspondem a aproximadamente 30% do custo total. Megliorini (2001) ressalta que os custos indiretos de fabricação estão divididos em materiais indiretos, mão-de-obra indireta e outros custos indiretos. Com efeito, tais elementos correspondem ao

[...] consumo do Capital (que) resulta do uso das máquinas e instalações, [...] do emprego de pessoal auxiliar, administrativo e de supervisão, gerando os custos respectivos de salários, encargos, 'benefícios-extras', extraordinários, [...] tempo improdutivo; do consumo de energia [...] do uso de atividades gerais [...]. (Leone, 2000, p. 181)

Não obstante, se analisarmos os envolvidos no processamento do pedido do cliente nas empresas, veremos que sua participação não está diretamente ligada ao produto final em si. Portanto, seus custos ao processo produtivo também serão indiretos. O recebimento do pedido, planejamento, estocagem e distribuição são atividades que participam dos chamados, segundo Ballou (2002), elementos de pré-transação, transação e pós-transação. Por consequência, o(s) faturista(s), ou seja, emissores de notas fiscais – integrantes da transação (processamento do pedido) - e seus respectivos gastos, papel de impressão, energia, máquinas, salários, dentre outros, representam custos indiretos de fabricação.

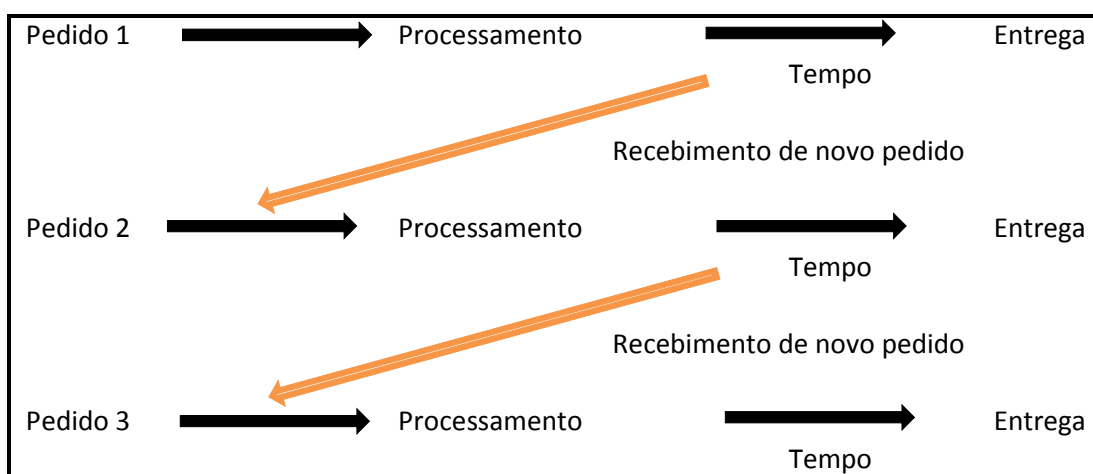
Posto tais considerações, é interessante perceber que, a digitalização da nota fiscal, reduzirá, de certa forma, o nível de capital consumido por esse tipo de departamento. Para grandes empresas essa diminuição pode não representar muito impacto quando comparada ao volume de receita produzida, principalmente visto que, conforme afirma Megliorini (2001) a alocação desses custos indiretos envolve critérios de caráter subjetivo e arbitrário. Contudo, é importante relevar, que, se analisarmos esse departamento como parte da seção de vendas, logística ou contabilidade, esse influirá significativamente nos custos desses setores. A Nota Fiscal Eletrônica, segundo Almeida (2009) tem como objetivo diminuir tais custos, seja no arrefecimento do consumo de papel, seja no melhor aproveitamento do tempo para execução de diversas rotinas contábeis e fiscais.

Outro custo considerável que a NF-e tem intuito em reduzir é o custo ambiental. Essa redução é abarcada pela diminuição do consumo de papel. Zaidan

(2008) classifica essa racionalização como um benefício para toda sociedade, já que a queda do uso do papel influi diretamente na redução da extração de celulose das árvores nativas brasileiras. Para os ambientalistas também representa diminuição da área plantada de eucaliptos³, planta nativa da Oceania que causa exaustão ao solo brasileiro tornando-o improdutivo.

4.3.3 Crescimento nas vendas

A diminuição considerável do tempo, seja no processamento do pedido do cliente, seja na entrega do produto final, resultam para a empresa num melhor serviço ao consumidor. Sendo assim, partindo do princípio de que “o divisor de águas entre o sucesso e o fracasso [nas vendas] é o resultado obtido através da qualidade” (Alvarez e Queiroz *apud* Porter, 2003), a NF-e torna-se fator de competitividade entre as empresas. Não obstante, conforme Ballou (2002), quanto menor o tempo na execução de um processo, mais agilidade terá o fluxo de vendas da empresa. Se este for feito com qualidade, maior fidelização dos clientes. Essa fidelização propicia condições que, segundo Ching, Marques e Prado (2003) definem o mercado, ou seja, ocorre uma demanda mínima pelo produto, portanto torna-se possível traçar o plano de produção da empresa. Tal plano funciona como num fluxo de caixa, em que serão contabilizados o saldo inicial e final da produção e o volume de vendas. Resumidamente, podemos esquematizar essa relação da seguinte maneira:



³ Fonte: Globo Rural. Disponível em <WWW.g1.com.br/globorural>

Figura 3: Fluxo de pedidos, enquanto um pedido é processado outro se inicia
 Fonte: Autores

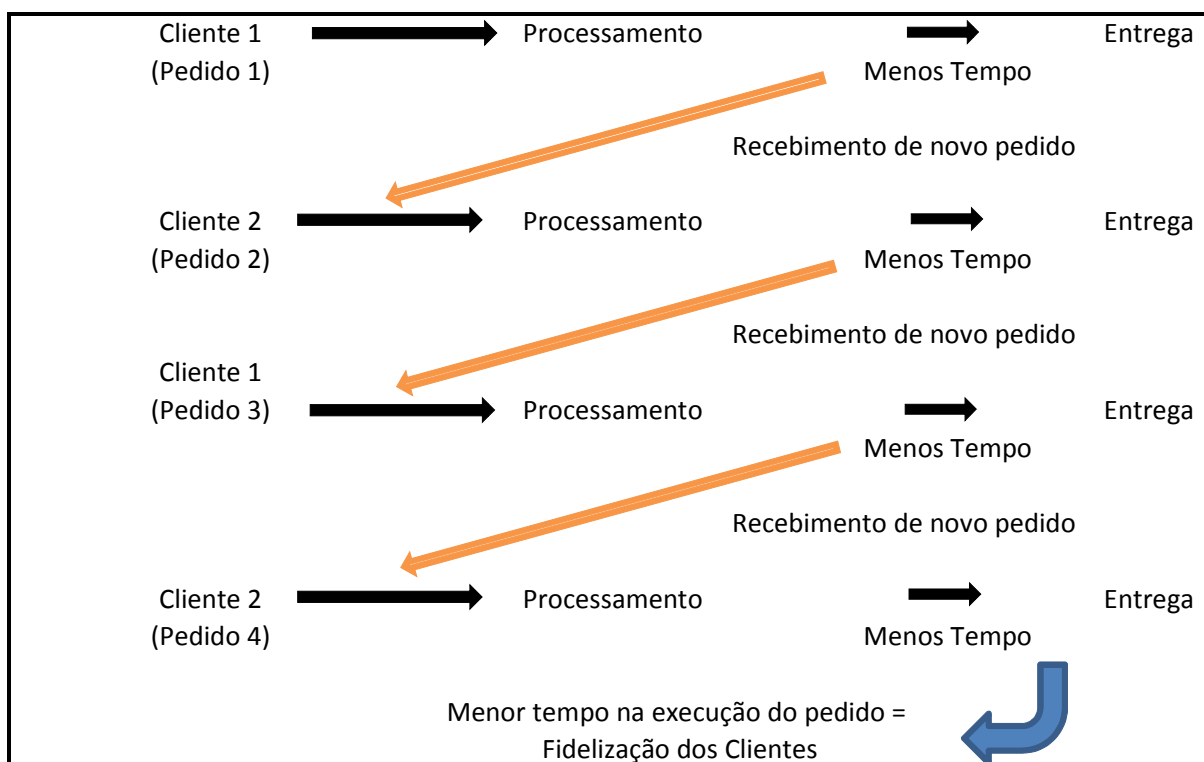


Figura 4: Processo de Fidelização dos clientes
 Fonte: Autores

4.3.3.1 Relação Vendas X Mercado

Partindo dos pressupostos de que a Nota Fiscal Eletrônica melhora o processamento do pedido e entrega do produto, podemos estabelecer uma relação direta da quantidade ofertada de determinado bem com a influência tecnológica da NF-e. “A oferta é um desejo, um plano, tratando-se de um fluxo de bens ou serviços por unidade de tempo” (Abreu, 1995, p. 53), sendo assim são determinantes para a oferta o preço do bem, dos seus relacionados (substitutos e complementares), como também a tecnologia empregada no processo produtivo. Se admitirmos hipoteticamente a situação *coeteris paribus*⁴ e tomarmos as mudanças tecnológicas como referência, veremos um deslocamento na curva da oferta de mercado da empresa, ou seja, a empresa estará, segundo Stiglitz e Walsh (2003), disposta a oferecer uma quantidade de bens proporcional ao preço do próprio bem (Gráfico 1).

⁴ *Coeteris paribus*: “tudo o mais mantido constante” (Stiglitz e Walsh, 2003, p.56); significa que para analisarmos uma das variáveis que definem a oferta de um produto as demais envolvidas serão ditas estáticas.

Tendo em vista essa relação microeconômica temos que, a diminuição dos custos indiretos (no processamento do pedido) e o aumento da receita com vendas (devido a qualidade do serviço) permitem uma compensação do preço de mercado, ou seja, a empresa encontrará condições de competir com as outras através do preço (Quadro 1). Essa competição pode ser feita através de inúmeros mecanismos microeconômicos, tais como, segundo Mendonça (2009), diminuição do preço de um mesmo produto em relação ao concorrente, dentre outras estratégias de *marketing*.

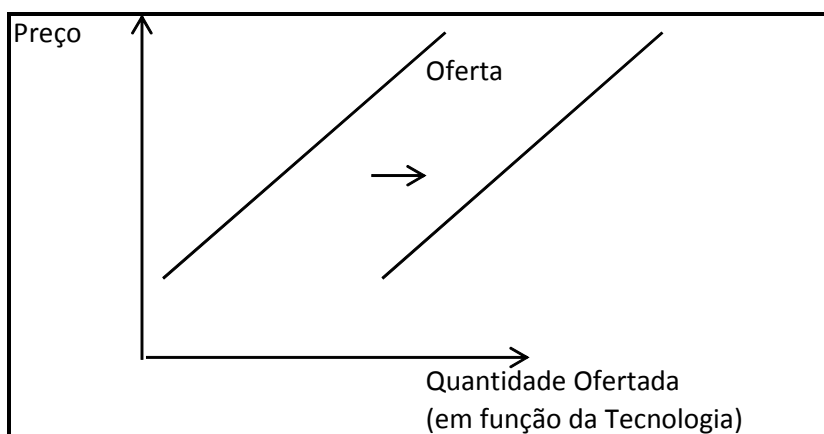


Gráfico 1: Relação Quantidade Ofertada em função da tecnologia empregada
Fonte: Mendonça (adaptado), 2009.

	Preço de Mercado	Custos	Receita/Vendas	Tecnologia	Preço de Venda
Empresa 1	x	Constante	Constante	Constante	x
Empresa 2	x	Diminuem	Aumentam	Aumenta	x-1

Quadro 1: Estratégia microeconômica – diminuição do preço para ganho de mercado
Fonte: Autores

4.3.3.2 Fluxo de Caixa

Caixa, conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) diz respeito a recursos disponíveis em espécie ou depósitos bancários. Tal conceito abrange também os chamados equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de curto prazo, com um alto índice de liquidez. Esse conjunto de elementos (caixa e equivalentes de caixa) é denominado por Marion (2003) como *disponibilidades*. Conforme o mesmo autor, quando nos referimos às disponibilidades, estamos abordando a Situação Financeira da entidade, em outras palavras, “a capacidade de pagamento da empresa” (Marion, 2003, p. 79). No âmbito contábil a movimentação do Caixa e seus equivalentes são mensurados na chamada Demonstração dos

Fluxos de Caixa. “A Demonstração de Fluxo de Caixa [ANEXOS A E B] visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo” (Iudícibus, Martins e Gelbcke, 2003, p. 32). Estruturalmente, o CPC, através do Pronunciamento Contábil 03, classifica os fluxos de caixa tendo como base suas atividades que podem ser operacionais, de financiamento e de investimento. Ao estudo proposto neste trabalho, tendo como foco a NF-e, vamos nos ater a análise das atividades operacionais.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras do resultado da entidade. Portanto, eles geralmente resultam das transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo.
(Pronunciamento Técnico CPC 03, p. 5)

Para definirmos tais atividades tomamos como referência a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Fluxo de Caixa Financeiro. A DRE, segundo Marion (2009) apresenta em sua estrutura as Receitas e Despesas resultantes do final de cada período. São incluídas nela as receitas advindas de vendas como também as receitas operacionais. O Fluxo de Caixa Financeiro (Figura 5), diz respeito, segundo Hoji (2004), a entradas e saídas de caixa, ou seja, “em uma operação financeira, ocorrem entradas e saídas de dinheiro (e vice-versa)” (Hoji, 2004, p. 88).

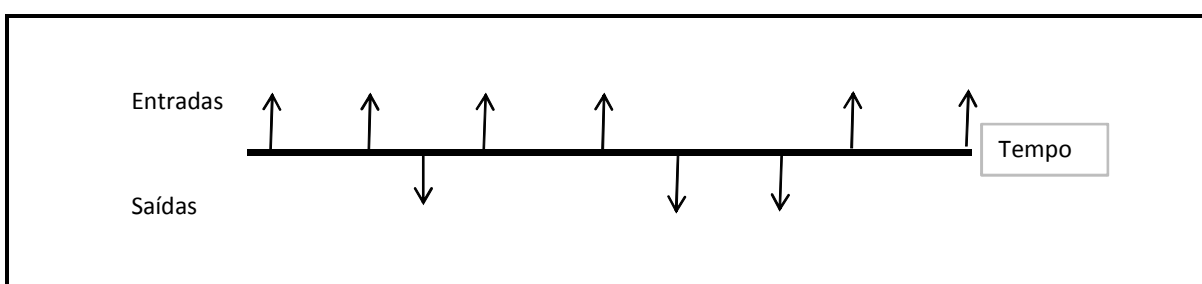


Figura 5: Esquema de Fluxo de Caixa para qualquer operação financeira
Fonte: Hoji (adaptado), 2004.

Esse mesmo fluxo obedece a ordem do ciclo do pedido (do cliente), que segundo o mesmo autor, denomina-se ciclo operacional.

O ciclo operacional de uma empresa industrial inicia-se com a compra de matéria-prima e encerra-se com o recebimento da venda. Durante esse período ocorre vários outros eventos que caracterizam o ciclo econômico e

o ciclo financeiro [...]. O ciclo operacional é a soma do prazo de rotação dos estoques e prazo de recebimento da venda. (Hoji, 2004, p. 27)

Retomando a Nota Fiscal Eletrônica, e sua relação com a qualidade do serviço ao cliente, percebemos a nítida relação com o ciclo operacional da empresa, por consequência, sua influência na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No âmbito da NF-e as atividades operacionais que são influenciadas por ela dizem respeito ao “recebimento de caixa pela venda de mercadorias e prestação de serviços” (PT CPC 03). Todavia, cabe ressaltar que as vendas a prazo, ou seja, cuja liquidação do pagamento será feita futuramente, também afetam a DFC, embora não sejam foco da nossa discussão. Estruturalmente, podemos resumir a relação NF-e e geração de caixa da seguinte maneira:

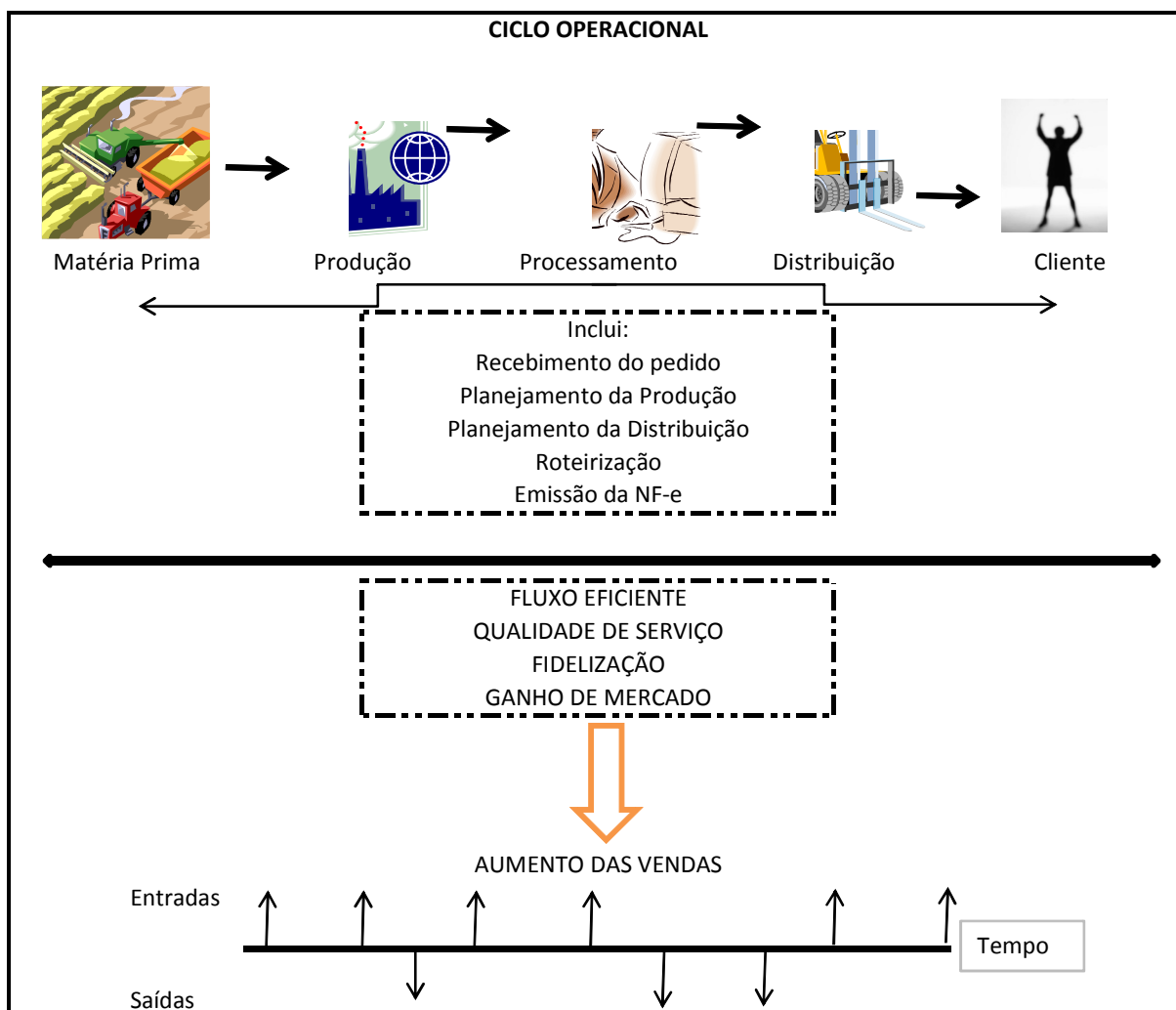


Figura 6: Ciclo operacional e geração de receita
Fonte: Autores

4.3.4 Outros Beneficiados

Além do emissor e receptor da Nota Fiscal Eletrônica, denominados por Zaidan (2008) respectivamente como contribuinte vendedor e contribuinte comprador, outros dois envolvidos no processo fiscal serão favorecidos pela adoção da NF-e. São eles os contabilistas e os administradores tributários.

“A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões” (Marion, 2003, p. 25). Para tanto, conforme o mesmo autor, ele deve coletar os dados, fazer o registro e processamento dos mesmos e compor relatórios claros e precisos aos seus usuários. Contudo, dependendo do tamanho da empresa onde atua o contador a quantidade de informações a serem processadas, ainda que por sistemas eficientes, são consideravelmente altas. Outro agravante é a múltipla atuação do contabilista que segundo Silva (2008) ocorre de três maneiras: legal (ou societária), gerencial e fiscal. Quanto a última esta será a mais afetada pela Nota Fiscal Eletrônica. Andrade (2009) ressalta que com a digitalização da Nota Fiscal procedimentos como a entrada de notas nos sistemas internos, serão abolidos dos escritórios delegando mais tempo útil à execução de tarefas. Além disso, não será necessário o volumoso e dispendioso arquivo de notas fiscais de papel.

Quanto às administrações tributárias Zaidan (2008) afirma que ocorrerá uma significativa “melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos” (Zaidan, 2008, p. 4). Portanto, nesse sentido, Andrade (2009) ressalta que haverá uma diminuição da sonegação de impostos e, conseqüentemente, aumento da arrecadação do governo.

4.4 Outras Considerações

4.4.1 Supremacia da Tecnologia da Informação: mudança no comportamento organizacional

Mudanças estruturais vêm ocorrendo no mundo atual, remodelando a forma de agir, de pensar e de existir, de praticamente todas as pessoas. Essas, desfazem fronteiras econômicas, financeiras e tecnológicas, como que ditando padrões de comportamento e de vida. (Cardoso, 2002, p. 206)

Intrínseca nesse contexto a Nota Fiscal eletrônica acende questões acerca da supremacia da informação e do comportamento nas organizações. A primeira é

assinalada, segundo Cardoso (2002) como agente modelador das organizações por propiciar facilidade e acesso amplo a um grande número de informações. Ainda nesse sentido, a mesma autora ressalta, que as tecnologias promovem um melhor relacionamento com o cliente. Sendo assim, ocorre um aumento no que diz respeito a interatividade com os envolvidos na *supply chain*, ou seja, melhora na comunicação cliente-fornecedor.

As pessoas não vivem isoladas e nem são auto-suficientes. Elas se relacionam continuamente com outras pessoas e seus ambientes através da comunicação. [...] É essencialmente uma ponte de significados entre as pessoas. [...] O processo de receber e utilizar informações compõe o mesmo processo de ajustamento do indivíduo à realidade, o que lhe permite viver e sobreviver no ambiente que o rodeia. (Chiavenato, 2003, p. 109-110)

Dentre inúmeros benefícios da NF-e, Zaidan (2008) observa que o relacionamento entre o comprador e o vendedor sofrerá um incentivo positivo. A comunicação será mais clara, já que o canal⁵ de comunicação é totalmente digital. Informações claras resultam numa maior confiabilidade entre os envolvidos do processo. Levando em conta que o processo mencionado é o ciclo operacional, ou seja, o ciclo de processamento do pedido descrito por Ballou (2002), a questão comunicativa será beneficiada pela diminuição dos chamados *ruídos*. “Chama-se ruído o tipo de comunicação entre duas pessoas ou em grupo, quando a mensagem é distorcida ou mal-interpretada.” (Minicucci, 1995, p. 250).

Essas distorções podem atrasar significativamente o processamento do pedido do cliente, pois erros na escrituração de notas fiscais de qualquer tipo causam atrasos na entrega do produto. E ainda causam transtornos que podem abalar a relação cliente-fornecedor causando danos a todos os envolvidos na transação.

“Convenci clientes e fornecedores a investir em um produto que hoje detém 70% do mercado. Ganhei visibilidade e fui promovido.”⁶ Essa é a frase dita por Fernando Pardal, gerente de negócios da multinacional Henkel, em entrevista a revista *Você S/A*. Segundo ele a prosperidade como profissional e o crescimento que propiciou à organização advém de grande investimento na comunicação com os

⁵ Canal: “a parte do sistema [de comunicação] referente ao transporte de alguma forma de mensagem entre pontos fisicamente distantes.” (Chiavenato, 2003, p.109)

⁶ PARDAL, Fernando. Carreira e sucesso: mostre todas as vantagens. Entrevista concedida a Fernanda Bottoni e Marina Izidoro. Revista **Você S/A**, São Paulo, n. 125, p. 58-64, Nov. 2008.

consumidores. O exemplo mencionado evidencia a importância inquestionável da comunicação nas organizações.

Por fim, podemos demonstrar a significância da melhoria comunicativa da NF-e conforme o esquema abaixo:

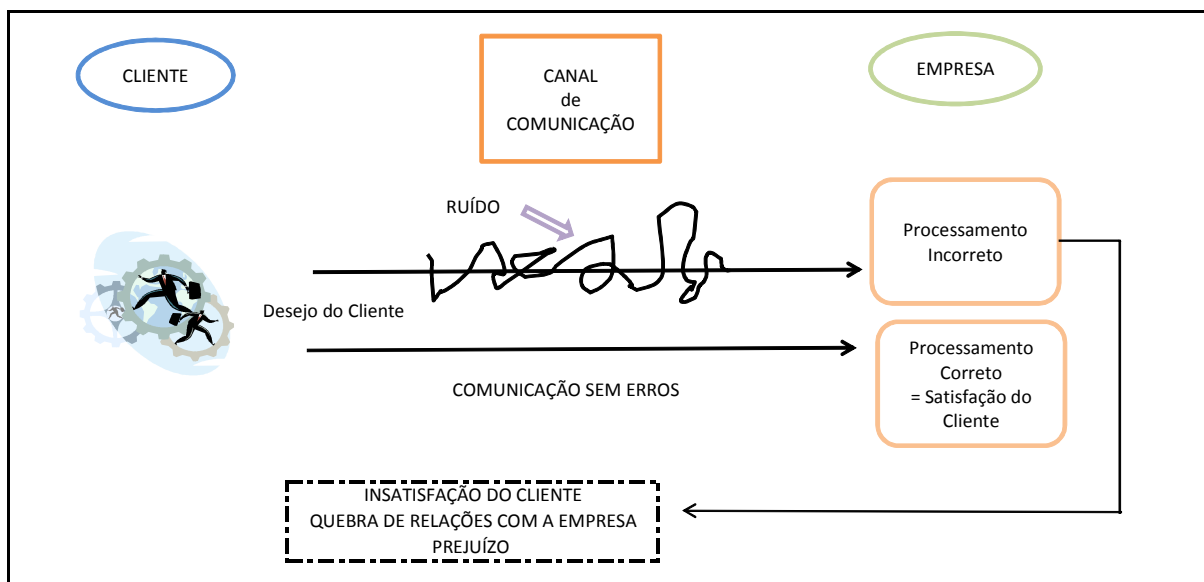


Figura 7: O processo de comunicação cliente-fornecedor

Fonte: Autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nota Fiscal eletrônica representa um grande avanço no que diz respeito a valorização da profissão contábil. Sua estrutura atende aos anseios das novas economias globalizadas. Com efeito, sua significância é constatada em toda a cadeia suprimentos, desde a demanda pelo produto ou serviço, até a própria distribuição (e entrega) do pedido. Não obstante, esse fluxo contínuo acarreta muitas outras condicionantes. O primeiro elemento afetado é o custo. Qual é a influência da NF-e nessa variável que quando analisamos o arrefecimento dos custos no fluxo operacional encontramos sob inúmeras óticas, das quais destacamos os custos logísticos, econômicos e contábeis. Seja qual for a análise desses gastos percebemos também a influência direta dos desejos do cliente. A sobrevivência da entidade empresarial está na acurácia com que executa sua continuidade, ou seja, está no quão bem a empresa é no que diz respeito a serviço ao cliente. Constata-se também que o elemento principal que condiciona o melhor serviço é o tempo. Seja

ele referente ao processamento ou à entrega do pedido. A diminuição no tempo de entrega acarreta na chamada fidelização do cliente. Fidelizar um cliente diz respeito a se tornar fornecedor primário do mesmo, ou seja, oferecer em maior quantidade (e mais vezes) o serviço ou produto. Preponderante a essa questão, tendo em vista a diminuição de custos e aumento da receita com vendas, surgem condições propícias no que diz respeito a competitividade por preço. Cabe ressaltar que a NF-e não define diretamente o preço do produto final, ainda que os procedimentos ligados a ela digam respeito a custos indiretos, mas quando são aliados receitas, menos despesas e aumento da tecnologia empregada no processo, a tendência é que a oferta do produto aumente. Seguindo esse raciocínio pode-se deduzir hipoteticamente que, visando ganho de mercado, o produtor pode compensar o aumento da receita bruta e a diminuição das despesas indiretas no preço do produto ao consumidor. Nesse contexto, o ciclo operacional sofre influência positiva no que diz respeito a plano de produção, por consequência, fluxo de caixa. Quando a análise abrange os demonstrativos contábeis é nítida sua participação na formação de caixa gerado (na DFC) e de lucro líquido (na DRE). Por fim dentre todas as vantagens da Nota Fiscal Eletrônica, podemos delinear sua participação direta na aproximação entre clientes e fornecedores. A clareza de informações, ocasionada pelo canal de comunicação digital, afeta a confiabilidade entre esses participantes da cadeia de suprimentos, gerando reforço positivo no que diz respeito a criar laços de fidelização. Com efeito, essa característica (do canal comunicativo) também favorece o Fisco, pois proporciona maior consistência nas informações fiscais das empresas no que diz respeito a impostos a recolher e a compensar.

ANEXO A – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto	20X2
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	30.150
Pagamentos a fornecedores e empregados	(27.600)
Caixa gerado pelas operações	2.550
Juros pagos	(270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)
<i>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</i>	1.380
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição da controlada X líquido do caixa incluído na aquisição (Nota A)	(550)
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)
Recebido pela venda de equipamento	20
Juros recebidos	200
Dividendos recebidos	200
<i>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</i>	(480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebido pela emissão de ações	250
Recebido por empréstimo a logo prazo	250
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)
Dividendos pagos*	(1.200)
<i>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</i>	(790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)	120
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período (Nota C)	230

(*) – Esse valor também pode ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Fonte: Pronunciamento Técnico 03 – CPC

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	
	20X2
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	3.350
Ajustes por:	
Depreciação	450
Perda cambial	40
Renda de investimentos	(500)
Despesas de juros	400
	<u>3.740</u>
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(500)
Diminuição nos estoques	1.050
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	(1.740)
Caixa proveniente das operações	<u>2.550</u>
Juros pagos	(270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.380</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição da controlada X, menos caixa líquido incluído na aquisição (Nota A)	(550)
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)
Recobrimto pela venda de equipamento	20
Juros recebidos	200
Dividendos recebidos	200
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(480)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recobrimto pela emissão de ações	250
Recobrimto por empréstimos a longo prazo	250
Pagamento de obrigação por arrendamento	(90)
Dividendos pagos*	(1.200)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(790)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>110</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	120
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>230</u>

(*) – Esse valor também pode ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Fonte: Pronunciamento Técnico 03 – CPC

REFERÊNCIAS

ABREU, Jether. **Microeconomia**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Makron Books, 1995.

ALVAREZ, Marisol Parra; QUEIROZ, Abelardo Alves de. **Aproximação dos laços de parceria entre fornecedor-cliente na cadeia de suprimentos como fonte de competitividade**. In: ENEGEP, 23, 2003, Ouro Preto. **Anais...** Brumadinho: Faculdade Asa. p. 1-7.

ANDRADE, Isaías Jonas de. **Apostila de Nota Fiscal Eletrônica MOD. 55**. Belo Horizonte: Sindicato dos Contabilistas de Belo Horizonte, 2009.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2002.

BRASIL. Receita Federal do Brasil - COFIS; Ministério da Fazenda; SEFAZ; ENCAT, ENAT. **Projeto Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**. Disponível em: <<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. **Sped – Nf-e – Ambiente Nacional**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfe/default.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

CARDOSO, Kelly Cristina Ribeiro Marques. **Contabilidade diante das modernas organizações**. Feira de Santana: Sitientibus, 2002, p.205-217.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: fundamentos básicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade**: das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades). 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Makron Books, 2001.

MENDONÇA, Marcelo Pereira. **Notas de aula**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993. 104p. (Gecon) ISBN 8522409889

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil: para cursos de contabilidade e concursos em geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 475p.

SÁ, Antônio Lopes de. Administração e Contabilidade, amálgama para a prosperidade. **Diário do Comércio**, Minas Gerais, 23 jul. 2008. Caderno LEIA & COLECIONE, p. 2.

SILVA, Marcelo Demicheli Torres. **Apostila de Teoria da Contabilidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E.. **Introdução à Microeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2003.

ZAIDAN, Fernando. **Nota Fiscal Eletrônica**. Belo Horizonte: Núcleo de Pós-Graduação Pitágoras, 2008.